

**Recensão a AAVV, Citius, Altius, Fortius – Mélanges en l’honneur de Denis Oswald,  
Antonio Rigozzi, Dominique Sprumont e Yann Hafner (Ed.), Basel, Helbing  
Lichtenhahn, 2012, 779 páginas.**

Artur Flamínio da Silva<sup>1</sup>

Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

A obra que escolhemos para recensear tem como função homenagear um dos maiores especialistas do Direito do Desporto suíço – assumindo inclusivamente um eminente prestígio internacional – que dedicou a maior parte da sua vida ao Desporto quer, numa primeira fase, como desportista, bem como, posteriormente, enquanto jurista dedicado às temáticas jurídicas que envolvem a prática desportiva. Neste sentido, pode mencionar-se que os textos do Professor da Universidade de Neuchâtel, Denis Oswald, têm sido uma inegável referência no Direito do Desporto, desdobrando-se entre livros, capítulos de livros, artigos em publicações periódicas, actas de congressos e uma tese de doutoramento em Direito Civil.

A monografia que recenseamos não se distancia em qualidade do percurso elogioso de Denis Oswald, granjeando o leitor com um conjunto muito interessante – mas também eclético – de textos que, na sua globalidade, atingem um total de 779 páginas, divididas por seis capítulos, escritos em inglês, francês e alemão.

No primeiro capítulo, encontram-se os textos de Jacques Rogge (presidente do Comité Olímpico Internacional) e John Coates (presidente do ICAS), os quais têm como objectivo homenagear e elogiar o percurso profissional, pessoal e académico do Professor Denis Oswald.

No segundo capítulo, os estudos dedicam-se à estrutura organizativa do Desporto. Em primeiro lugar, François Carrard, sob o título “International sport federations and continental

---

<sup>1</sup> Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Mestre e Doutorando em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

sport organizations: in search of a balance”, estuda os prováveis conflitos jurídicos entre as federações internacionais e as federações continentais. Em segundo lugar, Lukas Hanschin, com o contributo “«Resolutions by acclaim» in general assemblies of sports associations?”, analisa a legalidade das votações informais, em particular os meios de votação de “aclamação” – que são aqueles em que não um sufrágio formal, concluindo que, segundo o Direito suíço, as votações informais enquanto formação da vontade das associações, não têm qualquer valor jurídico, a menos que exista somente um candidato ou unanimidade na eleição de membros. Em terceiro lugar, encontramos o contributo de Marco Villiger, intitulado “Sportverbände im internationalen Kontext am Beispiel der FIFA”, estudando a internacionalidade das actividades federativas sob a perspectiva do exemplo da FIFA, sob o mote de que as federações desportivas são “internacionalmente activas e nacionalmente ancoradas”. Em quarto lugar, o Doutor Stephan Netzle, sob o título “Rudern und Recht” (Remo e o Direito) estuda os problemas jurídicos do ordenamento jurídico do Remo. Em quinto lugar, surge o texto de Gilbert Felli, intitulado como “De la complexification des Jeux Olympiques por une gestion pragmatique”, verificando os diversos factores que envolvem a complexificação da gestão dos Jogos Olímpicos. Em sexto lugar, Madalina Diaconu apresenta um estudo, sob o título “La bonne gouvernance des organisations sportives: état des lieux et perspectives”, no qual desenvolve argumentos em torno da necessidade e em que consistem as reformas que envolvem a boa administração no Desporto internacional.

Em sétimo lugar, Jean-Loup Chappelet estuda, sob o título “La gouvernance globale du sport”, a imperatividade de uma concertação mundial que tem como fim a existência de uma boa administração na regulação transnacional da actividade desportiva. Em oitavo lugar, Bertrand Reeb, sob o título “Renforcer l'éthique du sport”, analisa a possibilidade de existir um reforço da ética no Desporto, estudando conhecidos casos que envolvem a corrupção nas estruturas regulatórias do Desporto transnacional. Em nono lugar, Alexandra Veuthey com um

estudo, sob o título “Gender Verification: between fairness of competition and human rights – a comparative law approach”, desenvolve um conjunto de considerações sobre os problemas jurídicas que envolvem os testes de verificação do género nas competições desportivas. Em décimo lugar, Nicolas Dutoit estuda o fair-play financeiro com um estudo intitulado como “Le fair-play financier et le football européen: le début d’une nouvelle ère”.

Em décimo primeiro lugar, Daniele Moro analisa o sistema de licenciamento na federação suíça de futebol, por intermédio de um texto intitulado como “Le système des licences et aspects disciplinaires dans le Swiss Football League”. Em décimo segundo lugar, Patrick Baumann e Benjamin Cohen escrevem um texto dedicado sobre a cedência de jogadores pelos clubes às selecções nacionais, intitulado como “La mise à disposition des joueurs en equipe nationale: d’une tradition à une transaction”. Em décimo terceiro lugar, Yann Hafner revisita a temática das normas de elegibilidade de atletas e a respectiva violação do Direito da União Europeia com o estudo “Athletes’ eligibility in national team and EU law: What can we learn fom two doped swimmers?”.

O terceiro capítulo versa sobre o eixo temático Estado e Desporto. Num primeiro momento, Jacques de Werra por intermédio do estudo com o título “La gestion contractuelle du droit à l’image des sportifs”, analisa os problemas jurídicos que envolvem o direito à imagem dos desportistas. Num segundo momento, Manon Simeoni e Pierre Wessner analisam o risco na actividade desportiva e os efeitos da respectiva aceitação para efeitos da responsabilidade civil, com o título “L’acceptation du risque en responsabilité civile: un concept à géométrie variable dans la pratique de sports”. Num terceiro momento, Anne-Sylvie Dupont e Guy Longchamp, sob o título “L’accident sportif et l’assurance-accidents sociale”, estudam os problemas jurídicos que envolvem as prestações sociais que cubram os riscos sociais decorrentes de acidentes desportivos. Por outro lado, Olivier Bigler e Nicolas Zbinden expõem

os traços gerais da nova suíça de fomento à prática desportiva, com o estudo intitulado como “La nouvelle loi sur l’encouragement du sport: du sport à l’utilité du sport”.

Num quinto momento, Minh Son Nguyen com o texto “Contrats et encouragement du sport en droit administratif”, analisa os contratos administrativos que envolvem a actividade desportiva. Num sexto momento, Evelyne Clerc por intermédio do artigo “L’autonomie des associations sportives face au droit de la concurrence”, estuda a jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia relativa ao Direito da Concorrência em matéria Desportiva. Por outro lado, Martin Kaiser no estudo “Bedeutung der Sportregeln in haftungs- und strafrechtlichen Fragen”, desenvolve ideias em torno da relevância das normas desportivas no domínio da responsabilidade civil e na responsabilidade penal. Num oitavo momento, Mathieu Maisonneuve expõe os traços gerais do direito desportivo francês com o estudo “Les caracteres du droit français du sport”. Em nono lugar, Thierry Obrist com o texto “La notion de sportif en droit fiscal international à la lumière de travaux récents de l’OCDE”, estuda alguns aspectos da noção de Desporto no Direito Fiscal Internacional.

No terceiro capítulo encontram-se agrupados contributos relativos ao contencioso desportivo. Em primeiro lugar, Dirk-Reiner Martens estuda os conflitos desportivos, sob o título “Disputes in Sport: Reflections on Dispute Resolution in International Sport Federations”. Em segundo lugar, Antonio Rigozzi com o contributo “International Sports Arbitration: Why does Swiss Law Matter?” explica, de um modo exaustivo, a importância do Direito suíço na arbitragem internacional em matéria desportiva. Em terceiro lugar, Michele Bernasconi com o trabalho intitulado “The Cas ad hoc Division at the 2012 London Olympic Games”, estuda os mecanismos de resolução de conflitos transnacionais do Tribunal Arbitral do Desporto de Lausanne (TAS) nos jogos olímpicos de 2012, analisando a respectiva jurisprudência. Em quarto lugar, Piermarco Zen-Ruffinen com o texto “La nécessaire réforme du Tribunal Arbitral du Sport”, desenvolve um interessante estudo em torno das mudanças imperativas na estrutura

do TAS. Em quinto lugar, Philippe Verbiest expõe as relações entre a normatividade desportiva e a normatividade estadual em sistemas de intervenção pública no Desporto com base num litígio existente no ordenamento jurídico belga conhecido como o caso Wickmayer e Malisse com o estudo intitulado “Power Tennis in the Law Court: The Case of Wickmayer and Malisse”. Por outro lado, Christine Guy-Ecabert estuda a mediação no TAS com o texto “La médiation au Tribunal arbitral du sport: un processus à doper”.

O quarto capítulo, por sua vez, versa sobre a luta contra a dopagem. Em primeiro lugar, Jean-Philippe Dubey e Pauline Pellaux, com um estudo intitulado “Dopage et proportionnalité à travers quelques sentences choisies”, analisam a jurisprudência do TAS relativa à dopagem e o princípio da proporcionalidade. Em segundo lugar, Christian Till analisa os défices das trocas de informações relativas à dopagem de âmbito transnacional com um texto intitulado como “L’échange d’informations à l’échelle internationale en matière de lutte contre le dopage: défi insurmontable”. Por outro lado, Ulrich Haas estuda a possibilidade de reforma do Código Mundial de Antidopagem, dando ênfase, em particular, às sanções disciplinares aplicáveis aos menores, sob o título “Mögliche Ansatzpunkte für eine Reform des Welt Anti-Doping Code”. Em quarto lugar, Martial Saugy com o texto intitulado “La lutte anti-dopage: la science pour sortir de l’ornière”, expõe um conjunto de métodos na luta contra a dopagem. Em quinto lugar, Dominique Sprumont estuda a existência (ou não) de um dever de revelação de doenças patologicamente detectadas num teste de antidopagem, sob o título de “Lutte antidopagem et donnés cliniques: queles responsabilités sou l’angle du droit de la santé?”.

Em sexto lugar, Christian Flückinger ocupa-se de estudar a licitude da existência de controlos de antidopagem fora da competição desportiva, com o texto intitulado “Les controles antidopagem hors compétition hors compétition sont-ils illicites en Suisse?”. Por outro lado, André Kuhn e Yvan Jeanneret encetam uma discussão filosófica sobre os meios de combate à dopagem, com o título “Dopage: de l’avis carré à l’avis rond”. Por último, Olivier Guillod e

Daniel Kraus estudam o desenvolvimento humano por recurso a tecnologia enquanto provável forma de dopagem, sob o título “Développement humain artificiel, dopage génétique et brevets”.

O quinto capítulo tem como macro-temas a História, Filosofia e a Educação. O primeiro artigo de Richard Holt, sob o título “Honour and chivalry: the origins of the British amateur and the Baron’s Olympic ideal”, disserta sobre as origens do amadorismo e do ideal Olímpico de Pierre de Coubertin. O segundo artigo de Giovanni Distefano e Petros C. Mavroidis, com o título “Eparpillement aux quatre venis (La fragmentation du droit du sport)” ensaiam uma teorização crítica da normatividade desportiva à luz do pluralismo jurídico. O terceiro artigo, sob o título de “A la source du droit du sport, un droit du l’homme méconnu? Quelques réflexions quant à un possible «droit à l-émotion»”, de Luc Gonin, estudando o estatuto jurídico da emotividade da prática desportiva enquanto direito humano. O quarto artigo, de William McAuliffe, com o texto “The Marriage of Sport and Education: Equipping Professionals for a Career in Sport”, explora a relação entre a Educação e o Desporto, sabendo, em particular, se existe a necessidade de uma formação específica e interdisciplinar no que respeita à actividade desportiva.

No plano substancial, devemos realçar que a obra tem excelentes contributos que, em particular, se destacam pela sua novidade, mas também pela acessibilidade e clareza com que desenvolvem temáticas interessantes também para quem não esteja focado num discurso jurídico hermético, por vezes, pouco compreensível para todos os “amantes” do Desporto.

Este é um dos pontos mais fortes da obra. Os textos dissertam sobre problemáticas actuais e importantes, mas de uma forma simples. Por outro lado, esse cariz essencialmente inovador não impede, porém, que existam contributos que revisitem com elevada qualidade temas clássicos, como por exemplo a temática dos conflitos desportivos.

Neste contexto, não podemos deixar de referenciar que a leitura da presente obra cumpre o seu pleno objectivo: é sem dúvida possível afirmar que, na sua globalidade, se aplica plenamente o brocardo «Citius, Altius, Fortius».